

A QUESTÃO DA DEMOCRACIA EM *RAÍZES DO BRASIL* DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Rodrigo Ruiz SANCHES*

RESUMO: Com este artigo pretendemos analisar como o conceito de democracia aparece em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. O objetivo de *Raízes do Brasil* é buscar em nosso passado os motivos do entrave democrático brasileiro. Além de ser seu livro de estreia, ele é um ensaio, portanto, uma forma de análise mais solta e mais sintética. A preocupação com a questão democrática aparece neste ensaio ligada ao nosso passado, mas logicamente com o objetivo de explicar o presente. Para Holanda, “nossas raízes”, calcada em valores como o personalismo e a cordialidade, implicam o “lamentável mal-entendido” de nossa democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia no Brasil; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*.

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (HOLANDA,1995,p.160). Partindo dessa clássica afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, analisaremos, neste artigo, o livro *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936¹. Na segunda edição, de 1947, Sérgio Buarque de Holanda muda consideravelmente o livro: “Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que, em muitos pontos, deixaram de satisfazer-me” (1995,p.25). Mudou algumas coisas, separou capítulos e reordenou seu pensamento. A terceira edição, de 1956, Holanda faz “algumas alterações que não afetam essencialmente o conteúdo” (p.27), sendo esta edição definitiva². A partir de 1967, em sua sexta edição, a obra ganha um prefácio de Antonio Candido, intitulado “O Significado de *Raízes do Brasil*”, que aparecerá em todas as edições posteriores. Nesse prefácio, Candido, além de mostrar a importância do livro e seu tema atual, compara-o com outros dois livros: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (CANDIDO,1995,p.9).

* Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – 14800-901 – Araraquara/SP. Orientadora: Eliana Maria de Melo Souza.

¹ Este artigo é um capítulo de minha dissertação de mestrado, SANCHES (2001), que tem por objetivo analisar a questão da democracia em *Raízes do Brasil* e *Do Império à República*, além de resgatar as origens do pensamento político democrático de Holanda nas décadas de 20 e 30 do século XX.

² A edição que estamos utilizando é a de 1995.

Para ele, esses livros são chave para entender a realidade brasileira. Cinquenta anos depois, Candido reafirma a importância dos livros para a sua geração e aponta ainda para a atualidade deles. E acrescenta um *post-scriptum*, realçando a “mensagem política” de *Raízes do Brasil*. Para ele, Holanda abandonou a posição “ilustrada” de alguns intelectuais e políticos da época e volta-se para a interpretação de que somente o povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar de seu destino:

“Uma das forças de *Raízes do Brasil* foi ter mostrado como o estudo do passado, longe de ser uma operação saudosista, modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não confinam ao papel de massa de manobra, como é uso”. (p.12)

Raízes do Brasil é um livro pequeno, discreto, diferente dos livros que tratam desse tema, que são longos estudos e com bastante informação. Mas, apesar de pequeno, não é insuficiente, pois ele consegue apresentar suas teses com bastante clareza. Sua preocupação com a escrita aparece em uma entrevista dada ao historiador Richard Graham:

“O que consegui fazer, bem ou mal, não veio como dádiva milagrosa. Veio como uma conquista gradual (...) que foi sendo conseguida após trabalhoso rescrever, quando procurava a palavra correta, não a floreada – ou frondosa –, mas a exata e incisiva...” (GRAHAM,1987,p.152)

Em outro momento, Holanda reafirma a importância da linguagem utilizada pelo historiador: “A história digna de tal nome (...) a história rigorosa, verdadeira, justamente porque quer exprimir a verdade, requer acurado trabalho de redação e elaboração que, dificilmente, admite a linguagem desleixada”. (HOLANDA,1996b,p.163)

Apesar de ser um ensaio, Holanda apresenta, pela primeira vez, algumas de suas interpretações sobre o Brasil, que desenvolverá em seus estudos posteriores. Em 1976, em entrevista anteriormente citada, Holanda afirma que o livro estava superado e plenamente datado:

“Jamais escreveria de novo ‘Raízes do Brasil’. Principalmente porque o livro ficou no nível de ensaio. Não sou contra a ensaística ou a interpretação, mesmo hoje. Mas a pesquisa deve ser rigorosa e exaustiva. Senão, o resultado são apenas elucubrações às vezes brilhantes, mas desvincilhadas da realidade”. (1976,p.7)

Portanto, *Raízes de Brasil*, além de ser seu primeiro grande livro, é também um caldeirão de idéias, onde aparecem suas preocupações quanto ao futuro do país, e os

motivos históricos que impunham entraves para a modernização e democratização da sociedade brasileira. Para entender que rumo deverá tomar o país, Holanda busca em "nossas raízes" a explicação para nosso atraso em relação às outras nações.

Exatamente por tratar de diversos assuntos dentro do livro, classificá-lo, torna-se um trabalho difícil. Ele pode ser de História, Sociologia, Etnologia, Psicologia Social, já foi até classificado em Botânica, devido ao título ambíguo e à desinformação do bibliotecário. Hoje, devido à sua importância, já não é mais confundido com um tratado sobre tubérculos.

Desde 1929, ele já reunia dados para o livro. Nesse período, como vimos, ele vivia na Alemanha, onde tomou conhecimento do método da escola historicista alemã. Quando voltou, já tinha aproximadamente 400 páginas de anotações, e praticamente dois capítulos inteiros do livro.

Raízes do Brasil pode ser dividido em duas partes: a primeira trata do nosso passado colonial; da colonização portuguesa em comparação com a espanhola e do homem cordial. A segunda trata de uma sutil crítica à sociedade política da década de 30 e 40, principalmente uma crítica ao Estado Novo. Essa segunda parte, segundo Antonio Candido, mereceria atenção melhor, pois muito se fala da análise histórica do livro, deixando os capítulos finais, "Novo Tempo" e "Nossa Revolução", de lado, talvez pela abstração desses capítulos, ou mesmo, pela incompreensão, já que ele fala de um momento histórico que se estava constituindo, e ainda era uma incógnita.

A problemática da democracia nesse ensaio passa pela análise, comum na época, da relação entre Estado e sociedade. Essa questão central é dividida em diversas outras como: a tipologia "trabalho" e "aventura", distinguindo dois tipos de colonização: a portuguesa e a espanhola; a relação entre público e privado, através da análise da família patriarcal; a relação entre democracia e personalismo, democracia e cordialidade e, por fim, entre democracia e liberalismo.

Ao fazer uma análise de "nossas raízes", Holanda identifica a importância que a colonização portuguesa teve para a formação de nossa cultura. É lógico que tais influências não foram as únicas, cabendo ao índio e ao negro papel importantíssimo. A formação de nosso povo foi uma mistura dessas três raças. Só que os portugueses tinham características próprias, que foram responsáveis pela formação cultural e, principalmente, política no Brasil. A intenção de Sérgio Buarque de Holanda, nos primeiros capítulos de *Raízes do*

Brasil, é descrever as características dos povos ibéricos, portugueses e espanhóis, destacando as peculiaridades de cada um.

Se, por um lado, os portugueses conseguiram adaptar-se com muita facilidade nestas terras tropicais e formar uma nação com uma extensão territorial vasta, por outro, é devida a estas mesmas “raízes”, caracterizadas pelos valores personalistas e cordiais, a responsabilidade pelo nosso atraso econômico em relação às outras nações, e pelo nosso entrave democrático.

Holanda, no primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, procura mostrar como se deu o processo de colonização nas Américas e principalmente no Brasil. Por isso, ele fala de nossa herança ibérica (Portugal e Espanha), mostrando as características desses povos e suas diferenças, e como isso contribuiu para a formação de nossas "raízes". É por isso que ele diz que "somos uns desterrados em nossa terra", pois tudo o que temos aqui é fruto de outra terra, de outro continente, de outro povo. A colonização foi uma transposição européia (“fronteiras da Europa”), é como estar na sua terra e não estar. É de lá que veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi se adequando bem ou mal às nossas características.

Essas nações ibéricas têm certas peculiaridades em relação às outras nações européias. Sérgio Buarque de Holanda observa várias características que as diferem dos outros povos europeus, como: a cultura da personalidade; a importância particular que atribuem ao valor dos homens em relação aos semelhantes, no tempo e no espaço; a frouxidão da estrutura social; a frouxidão das instituições; a falta de hierarquia organizada; entre os ibéricos, os elementos anárquicos sempre frutificam mais facilmente; a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes; a repulsa ao trabalho - o trabalho mecânico e manual visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele; o ócio importa mais que o negócio; a obediência - o único princípio político verdadeiramente forte; a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes peculiares; patrimonialismo, etc.

O colonizador português distinguiu-se justamente por sua capacidade de adaptação e identificação com a nova terra e seus nativos. O português, mais do que qualquer outro povo europeu, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se e africanizava-se conforme fosse preciso, diferentemente das outras raças européias, que não conseguiram adaptar-se à

região. Todas as tentativas de colonização de povos não ibéricos na América fracassaram. Temos, como exemplo, os holandeses, que invadiram o Recife. A língua holandesa não conseguiu se adequar aos povos daquela região, ao contrário da língua portuguesa e espanhola que foram, para os índios e negros, muito mais acessíveis. A prática colonizadora portuguesa e espanhola foram mais eficiente e sofisticada. A religião calvinista holandesa, muito mais rígida, também não se identificou com o povo, ao contrário do cristianismo português, muito mais “plástico”, que nos transformou na maior nação católica do mundo. Quanto a esse aspecto, Holanda aponta que, entre os fiéis, há pouca devoção, respeito, atenção para com os ritos religiosos. “É que o clima não favorece a severidade das seitas nórdicas. O austero metodismo ou o puritanismo jamais floresceram nos trópicos”(Thomas Eubank, citado por Holanda, p.151). A necessidade de intimidade manifesta-se na recusa do ritual religioso e na liberação da obrigação, rigor e disciplina do culto. Essa aproximação, essa familiarização que marcava o culto nas capelas das grandes fazendas, transformava a entidade sagrada em um amigo pessoal; e entre amigos não há porque não abandonar o rigor e as formalidades. Ao liberar o fiel de todo o esforço de enquadrar-se no ritual coletivo, nossa religiosidade perde seu sentido como tal e afasta-se das características clássicas de abstração e sistematização do mundo.

No caso da América, tanto espanhola quanto portuguesa, “as Constituições são feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América do Sul”. (p.182)

Uma outra análise da colonização nas Américas foi feita por MORSE (2000). Ele detectou uma diferença sensível entre os povos anglo-americanos e ibero-americanos. Para ele, a Ibéria frustrou-se às grandes revoluções (religiosa, científica, comercial e política), nos séculos XV e XVI; o Humanismo castelhano diferia do italiano por sua orientação nacionalista e monárquica antes que cívica e republicana. Morse os difere ainda quanto à escolha política depois do século XVI e XVII que foi fundamental para o desenvolvimento econômico posterior dessas nações. Na Ibéria, os sujeitos políticos não são definidos como “indivíduos”, mas por sua localização social e missão cristã. No Renascimento, tenderam para a preferência tomista e escolha da Contra-Reforma. O maquiavelismo era taxado de “amoral”, aliás, quanto à questão da formação política e do Estado, os povos ibero-

americanos e anglo-americanos diferem de forma acentuada. Maquiavel, que é considerado um dos idealizadores do Estado moderno, não obteve na Espanha e em Portugal o mesmo sucesso que em outras partes da Europa, podendo até afirmar que houve um certo antimaquiavelismo na Espanha e um interesse menor em Portugal.

Quanto à escolha política inglesa, depois da metade do século XVII, aproximou-se aos ideais científicos de Hobbes e Bacon, além das quatro revoluções já citadas acima: a científica, a religiosa, a comercial e a política.

O que pretende Morse é reafirmar a tese de que as diferenças culturais entre os povos anglo-americanos e ibero-americanos foram fundamentais para o sucesso econômico dos primeiros. Holanda, por outro lado, procurou apenas identificar tais características que formam uma teia densa que impede o desenvolvimento de uma democracia entre nós. Agora, não é o fato de ter frustrado as quatro revoluções, como afirmou Morse, que nos impossibilitou atingir a plenitude democrática; pelo contrário, para Holanda, não existe modelo a ser seguido, devemos seguir nossos próprios caminhos, respeitando nossos valores culturais.

A família patriarcal

No Brasil, a organização de todos os ofícios dava-se segundo os moldes de Portugal, como o trabalho escravo e a indústria caseira. Aliás:

“A casa de cada habitante e de cada régulo é uma verdadeira república, por que tinham os ofícios que a compõem, com pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangradores, pescadores. Não faltou lavrador que se vangloriasse de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo na cidade, pois o mais dava de sobra em suas próprias terras”. (p.81)

A família, neste contexto, era a base e o centro de toda a organização: “O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (p.82). Para Holanda, “onde prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família, e principalmente onde predomine a família do tipo patriarcal, tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais” (p.144). As relações familiares foram sempre, entre nós, modelos

obrigatórios de qualquer composição social. E é a família, entendida como a base de qualquer sociedade, e, principalmente, a família patriarcal, tipo este baseado na autoridade masculina, de que será constituída nossa sociedade. A organização dentro da família patriarcal, centrada no pai, estender-se-á por toda a sociedade, centralizada no senhor de engenho, autoridade política nos primeiros séculos, e depois nos políticos. Daí a confusão entre o público e o privado, e a invasão do Estado pela família, pois com uma sociedade apoiada neste tipo de família, a autoridade do patriarca é observada em todos os seguimentos da sociedade, passando o Estado a ser uma continuação da família: “Dessa forma, assiste-se a uma enorme impossibilidade de publicização das relações políticas e sociais, o que é, sem dúvida, o alimento que embasou a estruturação de uma sociedade que vai elevar o autoritarismo às alturas”. (REZENDE,1996, p.34)

Diversamente de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre acredita que a sociedade patriarcal é socialmente integrada e economicamente justa. Nesse sentido, a casa-grande e a senzala constituem um centro de equilíbrio e coesão na vida patriarcal e religiosa da sociedade colonial em formação, e isto dissolve o caráter duro do sistema aristocrático e autoritário do engenho escravista. A base familiar permite, assim, uma certa harmonia, que afasta a consolidação de um Estado autoritário, que instituiria, pela força, tal harmonia: “O elemento que garante a permanência do sistema patriarcal é sua plasticidade, seu ecletismo, permitindo a conciliação de interesses” (FREYRE,1951,p.67). Esse ecletismo permitiu, no Brasil, a formação de uma “sociedade democrática na sua estrutura”. (FREYRE,1990,p.123)

O mulato, para ele, constituiu-se como uma força social e, portanto, um agente de intermediação e consolidação da democracia social e política. Juntamente com o bacharel, esses dois segmentos contribuíram para equilibrar a sociedade rural e patriarcal, que passava por um momento de transição da Monarquia para a República e do trabalho escravo para o trabalho livre. Os bacharéis, formados em escolas européias, começavam a ganhar espaço político, disputando assim com os filhos dos senhores de engenho. Percebe-se que os bacharéis não são somente filhos de burgueses, são também mulatos. Esses bacharéis, brancos e mulatos, questionavam a organização da sociedade e contribuíam para o enfraquecimento do patriarca. Freyre também destaca a ascensão dos mulatos nos cargos militares.

Trabalho e aventura

Utilizando os conceitos de “trabalho e aventura”, tipologia básica do livro, Holanda distingue o trabalhador e o aventureiro. O que caracterizava a colonização portuguesa, era a “ética do aventureiro”, que se caracterizava pela audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem, indolência: “Na obra da conquista e colonização dos novos mundos, coube ao trabalhador papel muito limitado, quase nulo” (p.56). Isto em contraponto à “ética do trabalhador”, observada nas colônias espanholas, que se caracterizava por só atribuir valor moral positivo às ações que se sente ânimo de praticar. A ausência de uma moral do trabalho é mais um obstáculo para a construção de redes associativas, que têm, nas relações de interesses materiais, uma razão fundamental. Só que é graças a esse aventureiro que se espalhou pelo sertão em busca de riqueza, que conseguimos nossa unidade territorial. Holanda compara essa indolência, típica do português, com a indolência inglesa “que não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia (...) tende para indolência e para prodigalidade, e estima, acima de tudo, a boa vida” (p.14). Esse argumento prova que a indolência não é uma característica exclusiva nossa, e que tal característica não foi um empecilho para o desenvolvimento da nação inglesa. Essa tipologia, “trabalho” e “aventura”, como ele mesmo adverte, não possui existência real fora do mundo das idéias.

Igualmente a Gilberto Freyre³, Holanda também acredita que a miscigenação foi um fator positivo que contribuiu para a melhor adaptação do português no Brasil. O que o português vinha buscar, era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia e não riqueza que custa trabalho. Isso foi mais um motivo para o português não utilizar o trabalho manual, deixando para os escravos esse duro trabalho. Esse desamor pelo trabalho também é justificado pelo ruralismo. Aqui, implantaram-se grandes propriedades rurais com mão-de-obra escrava, assim, não dependiam de trabalho para fazer movimentar o sistema. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. O desamor pelo trabalho, pelo esforço ordenado e sistemático, é fundamental para a compreensão de *Raízes do Brasil*.

³ FREYRE (1994).

A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas, fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Os lucros eram obtidos do trabalho escravo na cana-de-açúcar. O sistema agrário só se tornou possível e fomentou sua expansão, pelo fato de a Europa não se achar industrializada ao tempo dos descobrimentos, produzindo só o necessário para o consumo e carecendo somente de produtos naturais dos climas quentes: “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada pelos portugueses no Brasil teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (p.107).

Democracia e personalismo

Mas a característica peculiar, entre nós, e que, para ele, é uma das mais importantes, é o personalismo. Essa característica tende a aproximar todas as pessoas e objetos para mais perto do coração, e transformar todas as relações sociais e políticas em termos pessoais e familiares.

Para Holanda, o grande entrave para a constituição e fortalecimento de nossa democracia é termos uma sociedade calcada em valores personalistas. A relação entre patrão e empregado, cliente e vendedor, sempre pendem para o lado pessoal antes de tudo. É exatamente desse comportamento social, baseado em laços diretos, que procedem os principais obstáculos, entre os países ibéricos, a aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais. Sempre prevalece a forma de ordenação pessoal, e essa característica é, para Holanda, congênita.

Nós temos um apego a valores da personalidade, configurada pelo recinto doméstico. Esse personalismo aparece nos cultos religiosos, no sucesso das profissões liberais, em nossa vida política e em todas as relações sociais. O mais grave dessa aproximação é a confusão, entre nós, do ambiente público e do ambiente privado. A política acaba sendo uma extensão de nossa casa, e nossos políticos, dessa forma, não acham errado a corrupção, ou mesmo, empregar parentes e usar o poder que seu cargo garante, em benefício próprio ou de seus amigos: “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [tipo primitivo de família patriarcal], compreenderem a distinção fundamental entre público e privado” (p.145). A escolha de homens que iriam exercer funções públicas, faz-se mais de acordo com a

confiança pessoal que mereçam os candidatos, e menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.

Esse personalismo também aparece de outra forma, como a oligarquia, que é o “prolongamento do personalismo no espaço e no tempo - conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente, mas que, de outro modo, não seria possível” (p.183). Veremos esse tema adiante.

Outra forma de personalismo são as atividades ligadas aos profissionais liberais⁴. Nós temos uma inclinação geral para as profissões liberais, como advocacia, medicina, engenharia. É que no Brasil somente os formados em Direito que ascendem, em regra, às mais altas posições e cargos públicos. Esse vício do bacharelismo leva-nos a exaltar, acima de tudo, a personalidade individual como valor próprio: “O que importa salientar aqui é que a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade” (p.157).

Para Holanda, o personalismo “pode ser uma força positiva e que, ao seu lado, os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios sem raízes fundas na realidade” (p.183). Essa “força positiva” do personalismo é colocada em pólo oposto à democracia liberal, pelo fato de que, nesta forma de governo, impera a impessoalidade. Como vimos, *Raízes do Brasil* tem uma forte influência weberiana. Quando Holanda descreve nossos valores personalistas, ele acredita que tais valores tenham uma “força positiva”, embora sejam um entrave à constituição de uma cultura política democrática por não termos características “racionais” em toda a esfera burocrática e econômica. Esse “racionalismo” levou ao “desencantamento do mundo”, segundo Weber, e é por isso que o personalismo aparece como “força positiva” em meio a esse mundo, restando-nos não abandonar tais valores, mas, sim, acreditar que é dessa aparente fraqueza que pode ser nossa força.

⁴ Esse tema também é retomado em *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda: “O diploma e o canudo de bacharel são naturalmente o complemento e a insígnia tangíveis de tal virtude, e numa sociedade pretensamente democrática ainda conservam muito do prestígio antigo dos brasões da nobreza, dando ao portador uma dignidade e importância que lhe permitam atravessar a vida inteira com discreta compostura, libertando-o da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais”. (p.328)

Democracia e cordialidade

Esse personalismo encontra um aliado⁵ muito forte e que vai caracterizar nossa personalidade: é o homem cordial⁶. Esse "homem cordial" é tratado em um capítulo de *Raízes do Brasil* que gerou muita confusão e críticas. No entanto, essa expressão "homem cordial" não é sua e, sim, conferida a Rui Ribeiro Couto e tomada de empréstimo por Holanda a fim de designar uma característica tão peculiar dos povos ibéricos. Cordial, segundo Holanda, é que vem do coração; isso pode ser o amor ou o ódio, o sentimento de perdão ou a vingança, a concórdia ou a discórdia: “A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma ou outra nascem do coração” (p.88). Holanda define, assim, esse conceito: "homem cordial - lhanza no trato, hospitalidade, generosidade" (p.141). Nas palavras de Couto, homem cordial é da “fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o sentido americano (latino), a raça nova, produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o homem cordial caracterizado pelo espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade" (COUTO,1987,p.30). Porém, há um trecho controvertido, mantido após revisão em 1947: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial” (COUTO,1987,p.30). Ribeiro Couto empregou esse termo não para caracterizar o brasileiro, e, sim, toda a América Latina. IGLESIAS (1992) observa uma discussão entre Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda sobre esse tema. Cassiano Ricardo acredita que a cordialidade é um fenômeno universal e não específico do brasileiro⁷. Na verdade, Holanda reconhece a confusão que o conceito gerou: “Devo dizer que não me agarro com unhas e dentes à expressão cordial, cabe-me dizer-lhe que ainda não creio na bondade

⁵ Na verdade, personalismo e cordialidade são quase sinônimos, apenas separamos os conceitos para melhor entendimento de cada um.

⁶ Esse "homem cordial" é retomado em *Do Império à República*: “Os fatos mostravam como as maiores mudanças políticas no País se fizeram sempre, e continuariam a fazer-se sem maior abalo ou alarido, sobretudo sem efusão de sangue. Se abalos houve, não tiveram forças de subir à tona, houve interesses em não divulgá-los em terra onde a violência é impopular. A explicação, para os otimistas, está na bondade e na temperança cordial que distinguiram o caráter nacional brasileiro. Os pessimistas têm, contudo, sua explicação, que é menos amável: a de que o povo brasileiro é fundamentalmente apático e há de preferir sempre o consenso ao conflito. Isto mesmo hão de dizer numerosos observadores nacionais e estrangeiros a propósito da aquiescência tranqüila, ou da morna indiferença, que acompanharam no País a transição da monarquia para a república”. (p.326)

⁷ A cultura da personalidade foi levada às últimas conseqüências também na Alemanha, Itália e Rússia na primeira metade do século XX.

fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, nem piores, do que outros povos” (1992,p.11). E para encerrar de vez o assunto, ele conclui: “Por fim, quero frisar, ainda uma vez, que a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência”. (1992,p.43)

Como vimos, Holanda reconhece a confusão que gerou o conceito de “homem cordial”. É a partir do estudo de Dante Moreira Leite, *Caráter nacional brasileiro*, que a expressão cordial ganha uma interpretação equivocada. Leite procura em seu texto fazer uma análise psicológica de nossa formação. Assim, cordial, para Leite, tem o significado de “bom”. É a partir desse estudo que a expressão “homem cordial” começa a ser entendida e interpretada até nossos dias. A cordialidade para Sérgio Buarque de Holanda é uma característica do brasileiro entendida como a indistinção entre o ambiente público e ambiente privado. Para ele, há mesmo um complemento entre esses dois ambientes, verificados pela invasão do Estado pela família, do nepotismo, da corrupção, e isto, diga-se, não tem nada haver com bondade. A cordialidade do homem brasileiro é uma realização da cultura ibérica, e só serve para o bom entendimento do nosso passado colonial e de sua crise.

O agrarismo das sesmarias, dos engenhos e dos latifúndios, produzindo o isolamento e o distanciamento das comunidades, e engendrando o fenômeno das parentelas e dos exercícios privados em torno do chefe patriarcal, não poderia senão reforçar e tornar quase sagradas as relações de caráter “orgânico ou comunal”, vale dizer, aquelas “que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade”.

Há uma aversão, entre os povos ibéricos, ao ritualismo e um desejo de estabelecer intimidade. Tanto é que a terminação “inho” serve para nos familiarizar com as pessoas e os objetos e aproximá-los do coração. Esse apego aos diminutivos é observado até na adoração dos santos, como é o caso de Santa Terezinha. O uso do sobrenome é, para nós, estranho. Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras.

Para Holanda, o contrário dessa cordialidade é a civilidade e a polidez, características associadas à forma de governo democrática. Num texto intitulado *Corpo e*

Alma do Brasil (HOLANDA,1987a), que serviu de base para o livro *Raízes do Brasil*, ele define a polidez como uma “organização de defesa da sociedade e detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, como peça de resistência. Equivale a um disfarce, que permitirá a cada um preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções” (HOLANDA,1987a, p.32). Neste texto, Holanda preocupa-se em traçar os aspectos psicológicos do brasileiro. A utilização da Psicologia Social pode ter-lhe custado caro, pois é o capítulo sobre o “homem cordial” que lhe rendeu mais críticas e equívocos e, como já vimos, ele não é lá tão fiel na defesa de seu conceito.

A relação entre cordialidade e civilidade é analisada por AVELINO FILHO (1990). Para ele, Holanda não define o conceito de civilidade, no entanto, este conceito é importante para contrapor a idéia de cordialidade, esta considerada o pólo oposto à noção de civilidade. Para dar um embasamento teórico no conceito de civilidade, Avelino Filho recorre a Norbert Elias e Richard Sennett. Embora os dois autores partam de explicações diferentes, eles colocam, como condição principal para o surgimento da civilidade, a quebra do localismo e da intimidade: “A idéia de cordialidade não pode ser compreendida de forma alguma como caráter nacional ou qualquer tipo de essência imutável, mas como um conceito útil para o bom entendimento do nosso passado colonial e de sua crise” (1990,p.11). A civilidade aparece, segundo o autor, em dois momentos em *Raízes do Brasil*: na primeira, nos moldes weberianos, como processo de racionalização das relações humanas, em contraposição à cordialidade, que seria a representação das relações humanas mais afetivas, vivas e menos abstratas. Devido à impessoalização e à formação rígida das relações humanas, a civilidade provoca o “desencantamento do mundo”, efeito este distante entre os povos ibéricos. No segundo momento, aparece como incompatibilidade entre a cordialidade e a democracia, entre a vida doméstica e a vida democrática: “A civilidade já não é mais um símbolo de impessoalidade, mas condição de existência do político e de uma sociedade democrática” (1990,p.11). Avelino Filho conclui dizendo que a ascensão do urbanismo, com o conseqüente enfraquecimento da cordialidade, apesar de favorecer, não determinava, entre nós, a hegemonia da civilidade. Portanto, o livro *Raízes do Brasil* deixa esta questão em aberto.

Ainda sobre a cordialidade, JAGUARIBE (1985) utiliza o conceito de “caráter nacional”, para qualificar as características de um povo. Esse caráter tem, segundo ele, uma

duração condicionada pela história de cada povo, isto é, as características vão mudando de acordo com as fases históricas pelas quais passa determinado povo. Assim, o homem cordial vai transformar-se no bacharel, segundo a visão de Holanda, e este, hoje, se transformou no tecnocrata. Isso levou à formação de uma “população tecnocratizada”, menos cordial do que nos tempos de Holanda.

Democracia e liberalismo

A influência do liberalismo no Brasil vem de longa data. Principalmente a partir da Constituição de 1824, de concepção liberal, é que notamos mais fortemente tal influência. Um certo “liberalismo moderado” exerceu o poder na fase regencial e nos anos iniciais do Segundo Império. Também é observado os chamados “liberais históricos”, presentes entre 1836 e 1850, pertencentes à burguesia agroexportadora. Após 1866, surge a vertente liberal radical e funda-se o Partido Liberal. BOSI (1992), valendo-se de Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, viu com muita perspicácia que nossos economistas liberais se mostraram mais fiéis a Adam Smith do que os próprios ingleses e yankees. (1992, p.207)

SARTORI (1994b) define liberalismo como: “A teoria e a prática da defesa jurídica, através do Estado constitucional, da liberdade política individual e da liberdade individual” (p.70). Mas ele acredita que o conceito foi, e é, mal usado até hoje. Para ele, liberalismo é um sistema político, enquanto o conceito para definir sistema econômico é liberismo.

O liberalismo surgiu, sem nome, entre o século XVII e XVIII, mas somente no século XIX é que recebeu tal nome, depois de alguns ideais iniciais já terem se modificado. Prega a liberdade política, portanto, o constitucionalismo. Existem três formas de buscar a proteção legal para a liberdade política: a forma legislativa, a forma de governo da lei e a forma liberal ou constitucional: “O Liberalismo inventou a forma de institucionalizar o equilíbrio entre o governo dos homens e o governo das leis” (SARTORI,1994b,p.71). Para obter liberdade política, a solução é a obediência às leis, e não aos detentores do poder.

Existe também uma relação entre liberdade e igualdade. A liberdade vem primeiro que a igualdade, mas a igualdade é condição, é a facilitadora da liberdade, o inverso também é verdadeiro. Para Sartori, primeiro deve-se consolidar a liberdade e depois a igualdade. Por isso a democracia foi ressuscitada na Europa como uma boa instituição na esteira do liberalismo.

A relação entre democracia e liberalismo é muito estreita, às vezes até se confundem. Benjamin Constant, no século XIX, analisa a liberdade dos modernos e a liberdade dos antigos. Entre os modernos, a liberdade individual é analisada em relação ao Estado e às manifestações concretas e as liberdades civis, as características mais importantes, enquanto a liberdade dos antigos é a participação direta na formação das leis, através do corpo político cuja máxima expressão está na assembléia dos cidadãos. O Estado liberal reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião e, principalmente, de eleger representantes para o Parlamento e ser eleito. Não pode ser chamado liberal um Estado que não reconheça o princípio da soberania popular, e é também impossível uma democracia senão onde forem reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo.

No caso de *Raízes do Brasil*, mais uma vez, vemos como algumas doutrinas foram mal adaptadas à nossa realidade pela elite dirigente, com interesses próprios. Igualmente ao positivismo, o liberalismo também conseguiu diversos adeptos, que deturparam tal doutrina para “forçar” sua aplicação por aqui:

“Na verdade, a ideologia do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes”. (p.160)

Os partidos políticos, a partir do início do século XIX, desfraldaram a bandeira liberal numa ou noutra diretriz fundamental expressa: individualismo ou estatismo. Portanto, um grande número de correntes políticas díspares, e por vezes opostas, puderam falar em nome do liberalismo. Esse fenômeno também é observado em outras nações: “O liberalismo na Ibéria tornou-se, sob diferentes amálgamas, propriedade tanto dos partidos ou regimes liberais quanto dos conservadores” (MORSE,2000,p.89). E continua: “Na ibero-americana, o liberalismo e a democracia não interagiram diretamente, sendo assimilados de forma independente e, em verdade intermitente, a uma cultura política ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantar”. (p.89)

O liberalismo ganhou força, adeptos e críticos contumazes. O liberalismo econômico, principalmente em sua primeira fase, pregava a liberdade total da economia com uma massa de consumidores. Para isso, seria necessário mão-de-obra livre e assalariada que, entre nós, não existia, pelo fato de, na época, ainda existirem escravos.

O liberalismo brasileiro conviveu, durante muitos anos, com o escravismo, situação claramente incompatível. Segundo BOSI (1992), o liberalismo e o escravismo foram uma conjunção peculiar ao sistema econômico-político brasileiro, e não só brasileiro, durante a primeira metade do século XIX. Essa dualidade também existiu em outras nações como ao Sul algodoeiro, nas Antilhas canavieiras e em Cuba, onde observou a formação de uma ideologia liberal-escravista.

Mesmo depois de os movimentos abolicionistas surgirem em todos os cantos, não só no Brasil, como no mundo, ainda se observava uma resistência de alguns grupos liberais quanto ao abandono do trabalho escravo e a implantação do trabalho assalariado: “O regime de *palatino*, em Cuba, nas Antilhas inglesas e francesas e na América do Sul, em todas essas regiões, políticos defensores do liberalismo econômico ortodoxo velaram pela manutenção do trabalho escravo” (BOSI,1992,p.202). Bosi também observa que em comparação com as colônias da Inglaterra, França e Holanda, países onde o pensamento liberal burguês já tomara a dianteira internacional, mesmo assim demorou-se para libertar os escravos, e ainda com ressarcimento dos proprietários, aceitando-os como direito. Estas também serão as bandeiras liberais na campanha abolicionista na Câmara e na imprensa entre 1879 e 1880, no Brasil: as liberdades dos nascituros mediante ressarcimento e a emancipação gradual dos escravos restantes.

Bosi observa, ainda, que Adam Smith em *A riqueza das nações*, anos 70 do século XVIII, pronuncia-se pela superioridade do trabalho assalariado que lhe pareceu mais lucrativo, além de ético. Ao tratar das colônias, porém, a abordagem de Smith assume um tom neutro e utilitário. Lê-se que a boa administração do escravo é sempre mais rendosa do que os maus-tratos. (1992,p.213)

Devido à ascensão do café no Brasil, a partir da primeira metade do século XIX, o escravismo passou por um momento febril, motivo este do sucesso da ideologia regressista dos liberais brasileiros, e de outros. Instaura-se uma crise em 1868 - num processo que vai de 65 a 71 e culmina com a Lei do Ventre Livre. Essa crise marca a passagem do regresso

agromercantil, emperrado e escravista, para um reformismo arejado e confiante no valor do trabalho livre. Mesmo depois da Proclamação da República, com a instituição de um liberalismo republicano, para o ex-escravo, nada tinha a oferecer.

O liberalismo prega a liberdade política, calcada no voto direto e no sufrágio universal, ausentes no Brasil. Para Holanda, o “ideal democrático moderno” seria “o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento, como, por exemplo, o Uruguai battlista”. (p.179)

A formação do Estado liberal no Brasil é analisada por MACHADO (1976): “O aspecto dramático da história política do Brasil é que o Estado liberal não formou o povo, porque os centros de decisão, em proveito dos próprios privilégios, paralisaram os mecanismos de integração dos direitos de cidadania. E isso se tornou realidade brasileira” (p.185). Este Estado liberal foi uma extensão da família patriarcal vinda das castas rurais que, depois de dividirem as terras, dividiram os cargos políticos.

A nossa aristocracia rural e semifeudal, segundo Holanda, incorporou tais ensinamentos para prevalecer seus privilégios e direitos, os mesmos privilégios combatidos pelos burgueses no Velho Mundo. A fermentação liberal que procedeu à proclamação da Independência constitui obra de minorias exaltadas, e sua repercussão foi bem limitada ao povo. Tais minorias:

“Ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de idéias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não sabiam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada”. (p.163)

Os políticos e demagogos chamam a atenção freqüentemente para as plataformas, programas, instituições, como as únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam que, da sabedoria e da coerência das leis, depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos. Pretende-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino dos povos.

No Brasil, o liberalismo é comparado ao Congresso de Viena e a Revolução de 1848: “O liberalismo e a democracia pareciam mais adversários que aliados; o tríplice

slogan da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – expressa melhor uma contradição do que uma combinação”. (Eric Hobsbawn, citado por BOSI,1992,p.204)

Embora haja uma incompatibilidade entre os princípios liberais e nossas características personalistas, Holanda aponta para algumas confluências onde tais princípios possam conviver:

“Apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos. Não seria mesmo difícil acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional. Poderiam citar-se três fatores que teriam particularmente militado em seu favor, a saber:

- 1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda a hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- 2) a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo) que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais;
- 3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor”. (p.184)

Sérgio Buarque de Holanda aponta, também, para uma confluência entre liberalismo e o nosso já assinalado cordialismo: O “homem cordial encontra uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal” (p.184). Só que tais confluências são, no fundo, mais aparentes do que reais: “É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro” (p.184). A idéia de “bondade natural”, vinda da Revolução Francesa, casa-se muito bem com o nosso cordialismo. Os ideais da Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade e Fraternidade – sofreram, entre nós, a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que sofreram foram antes de aparato do que de substância. Muitas vezes, levamos a conseqüências radicais os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. É isso que ele chama de “impersonalismo democrático”. (p.179)

Holanda ataca os liberais, já que esses estariam “muito mais preocupados com a perfeição de suas leis, e integração dessas, do que interessados nas características da sociedade nacional, em pesquisá-la, levando-a em conta na elaboração de suas propostas” (1995,p.183). Os liberais acreditavam no poder das leis sem perceber que havia uma diferença entre a lei que é feita e a lei que é seguida: “Todo o pensamento liberal-

democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham: 'a maior felicidade para o maior número' (...) essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseado nos valores cordiais”. (p.185)

MORSE (2000) também observou o problema do liberalismo nas nações ibero-americanas: “O liberalismo, uma importação problemática desde o princípio, dificilmente podia florescer num clima não liberal” (p.90). Bem como não há democracia sem vida democrática.

Percebe-se, com isso, que, para conseguirmos efetivamente nossa democracia, faz-se necessário, obrigatoriamente, liquidarmos os fundamentos personalistas e aristocráticos, onde se assenta nossa vida social. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo (p.180). A oposição liberalismo *versus* caudilhismo, aqui entendida, pode ser tomada também como par feito de opostos, conforme os tipos ideais weberianos. Para Holanda, o caudilhismo, muitas vezes, encontra-se no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo, e também pode ser a forma negativa da tese liberal. O caudilhismo, ainda, tem seu lado oposto chamado de “despersonalização democrática”, já que está associado ao mando pessoal, enquanto que o liberalismo está associado ao mando impessoal.

No Brasil, “quando a ineficácia do liberalismo doutrinário se fez evidente, várias formas de autoritarismo foram propostas para substituí-lo, como ‘autoritarismo instrumental’ de Oliveira Vianna” (MORSE,2000,p.92). Veremos esse tema no capítulo IV.

Nossa revolução

Sérgio Buarque de Holanda, afirma que a idéia básica de *Raízes do Brasil*:

“Era a de que nunca teria havido democracia no Brasil, e de que necessitávamos de uma revolução vertical, que realmente implicasse a participação das camadas populares. Nunca uma revolução de superfície, como foram todas na história do Brasil, mas uma que mexesse mesmo com toda a estrutura social e política vigente”. (HOLANDA, 1976, p.3)

É em 1888, “marco decisório entre duas épocas”, que marca o início de nossa revolução. É neste momento que o Brasil começa a se distanciar de suas origens ibéricas,

para se aproximar de suas raízes americanas⁸. Essa data assume significado singular e incomparável.

Como vimos, as “raízes ibéricas” se estenderão até 1888. Vivíamos nesse período em uma Monarquia no qual existiam fazendeiros escravocratas que monopolizavam a política. Quem mandava era o senhor de escravos. A família colonial fornecia a idéia mais normal de poder, de responsabilidade, de obediência, de autoridade e de coesão entre os homens. Havia uma confusão entre o público e o privado, entre o Estado e a família. O Estado era visto como uma extensão da família. A sociedade era particularista e antipolítica. A autoridade do patriarca dentro da esfera doméstica foi um dos suportes mais estáveis dessa sociedade colonial.

Portanto,

“Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas”. (p.78)

Esse período é muito significativo, pois nele culminam todos os acontecimentos que vêm de, pelo menos, meados do século XVIII. O que se observa, é que essas mudanças coincidem com o declínio da cana-de-açúcar e a ascensão do café. O café instalou-se, a princípio, no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, em São Paulo. Com as lavouras de café, o que se observou foi uma dependência maior em relação às cidades, pois já não eram mais mantidas as produções de subsistência. O cafeeiro também é uma “planta democrática”, pois seu cultivo não exige tamanha extensão de terreno nem tamanho dispêndio de capitais.

Com a extinção do tráfico de escravos, diminuiu vertiginosamente a demanda de mão-de-obra. Com isso, quase toda essa mão-de-obra fluía para os cafezais:

“O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidos à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente que rumo se faz essa revolução”. (p.83)

⁸ O “americanismo” e o “iberismo” é analisado por VIANNA (1987). Para ele, o americanismo é uma forma moderna de “revolução passiva”(termo gramsciano), esta entendida como revolução sem revolução. O representante brasileiro da via americanista é Tavares Bastos. Já o iberismo tem como característica a sociedade patrimonial e se constitui como um elemento de determinação estrutural, impondo-se aos seus atores e suas circunstâncias, importando, para uns, um caminho do obscurantismo, autoritarismo e burocratismo para a vida política e social e, para outros, a preservação de uma ética moderna não-individualista e comunitária. Seu representante brasileiro é Oliveira Vianna.

A partir de 1888, ocorrem mudanças fundamentais em todas as esferas: políticas, econômicas e, principalmente, sociais. O domínio político e econômico não está mais no meio rural, e, sim, nos centros urbanos. Os centros urbanos passam de meros complementos do mundo rural para se tornarem independentes, passando a abastecedores dos grandes centros.

As forças exteriores forçaram o abandono do modo de produção escravocrata. agora as cidades, ou melhor, o urbano é que dominava. Havia, nesse período, uma incompatibilidade entre o trabalho escravo e a civilização burguesa, de capitalismo moderno. Havia também uma incoerência entre o liberalismo, que pregava liberdade para todos, e o regime baseado na mão-de-obra escrava.

A urbanização e a industrialização refazem a experiência cultural histórica e apresentam novos desafios e novas possibilidades para os brasileiros. Só que essas mudanças pelas quais passava o Brasil após 1888, não correspondiam com uma nova mentalidade capaz de impulsionar definitivamente o novo sistema:

“A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deveriam representar a forma exterior complementar, destruiu este esteio rural, que fazia a força do regime decaído, sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo”. (p.80)

É a partir de 1888 que surgirá, mais claramente, o Brasil moderno, instalado em bases urbanas e republicano, mas faltando ainda um regime que compatibilizasse nossas origens com um Estado forte. Esse regime é, para Holanda, a democracia.

A não-incorporação das massas ao processo político é o motivo do impasse democrático: “Por isso a democracia nasceu aqui um mal-entendido, percorreu em nossa história um caminho inusitado, ou seja, foi murchando aos poucos”. (HOLANDA,1976, p.4)

Mas como resolver o impasse entre Estado e sociedade, que possibilitará a solidificação da democracia entre nós?

Segundo PIVA (1999), Holanda acredita que a nossa formação ibérica é a responsável pelo nosso atraso, então a modernização brasileira seria a superação dessas raízes ibéricas e a instauração do que é chamado “americanismo”. Para Piva, aí reside uma ambigüidade em Holanda - quanto à americanização/modernização, que deve basear-se no tipo brasileiro, nos fatores internos (espontaneidade, desapego ao formalismo, cordialidade)

e abandonando os fatores externos (formalistas, racionais, abstratos). Portanto, “moderno” é a institucionalidade impessoal e abstrata “americana”, e “nacional” é a espontaneidade ibérico-brasileira, e Holanda quer os dois ao mesmo tempo, só que Holanda não se ocupa com tentar resolvê-la teórica ou retoricamente. Para Piva, Holanda pretende nacionalizar o elemento externo, melhorando-o e, na fusão “abrasileiradora”, fazer melhorar a porção positiva da nacionalidade já existente. Holanda propôs-se a analisar as raízes brasileiras, e isso se estende a todo o povo brasileiro. Mas o que ele faz de fato é um diagnóstico das elites contra as quais assenta sua mira. Todas as características relacionadas por Holanda são de nossas elites, que ele julgava responsável pelo nosso atraso político e econômico. Em seguida, ele aponta para a substituição dessas elites, atrasadas, anacrônicas, pelo povo, que será o protagonista da modernidade e da consolidação da democracia, visão esta compartilhada com a corrente modernista. A questão para Piva é saber como se faz essa substituição.

AVELINO FILHO (1990) também observa em Holanda a ambigüidade conjugação/tensão entre a formação de um Estado com características impessoais, abstratas, racional coladas à nossa já assinalada espontaneidade, fato este que viabilizaria a democracia: “Sérgio aponta a questão, mas não pode resolvê-la” (p.102). Em outro momento, AVELINO FILHO (1987) confirma tal ambigüidade:

“A prática democrática e a impessoalidade formam uma ambigüidade. Essa ambigüidade expressa uma crença, bem modernista, na capacidade de transformarmos nosso atraso em relação às nações mais civilizadas em vantagem, aproveitando o atraso como possibilidade de seguir um caminho de modernização diferente do daquelas nações, de forma que o desenvolvimento econômico, social e político se faça sem a esterilização das relações sociais”. (p.39)

Para COSTA (1992), a “não-resposta” de Sérgio Buarque de Holanda pode ser interpretada simplesmente como uma “fuga à questão”:

“Sérgio Buarque rejeita as alternativas autoritárias porque consistem numa solução abstrata para a superação desse ‘abismo’ entre sociedade e Estado, que ‘violenta’ a natureza cordial’ da sociedade brasileira; também recusa o doutrinário das propostas liberais que ignoram a natureza ‘material’ dessa cisão que reduzem a uma questão de engenharia constitucional”. (p.247)

Para nós, não existe tal “ambigüidade” e uma “não-resposta” ao impasse entre Estado e sociedade no Brasil, no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Aliás,

“impasse” é uma concepção atribuída ao pensamento político autoritário, ausente, portanto, em Holanda. Embora a primeira edição de *Raízes do Brasil* seja de 1936, momento ainda indefinido de nossa história, Holanda muda sensivelmente o livro em 1947. Essa mudança não foi ao acaso. Em 1947, já estava no final do Estado Novo e as correntes autoritárias sobrepuseram sua vontade em relação à corrente democrática. A democracia continuava a ser um lamentável mal-entendido. Mas ele ainda acreditava que nossos valores culturais criariam uma forma de sociedade única, diferente das outras nações. A não-resposta, portanto, dava-se pelo fato de ainda não termos realizado com sucesso “nossa revolução”, isso em 1945.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a democracia só seria possível quando fosse derrotada a mentalidade senhorial que contaminava tudo e todos através dos tempos. No Império, assistia-se a uma tentativa de “vestir um País ainda preso à economia escravocrata, com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa”. (p.46)

A noção de democracia para Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* é entendida, portanto, do ponto de vista da cultura, ou seja, através da análise do nosso comportamento político oriundo dos povos ibéricos. A democracia comum dos intelectuais da época era vista como forma de governo, com um regime representativo com base liberal. Sérgio Buarque de Holanda discrepa dessa visão ao formular uma democracia modelada pela sociedade. Não há democracia sem vida democrática.

Mas como constituir tal democracia sem definir os instrumentos jurídicos e institucionais que deveriam sustentá-la? Essa é a grande crítica feita por Costa a *Raízes do Brasil*. A intenção de *Raízes do Brasil* não é dar soluções jurídico-institucionais para nossos problemas, é, antes, encontrar no nosso passado uma forma de comportamento político que propiciou o lamentável mal-entendido de nossa democracia. Esse comportamento político tem origem cultural e histórica, portanto, passível de mudanças. São essas mudanças que ele observa a partir de 1888, mas ainda não plenamente desenvolvidas, daí a crença em uma “revolução vertical” que altere toda a estrutura social.

Na sua noção de democracia, não há desprezo pelo papel das instituições sociais e, sim, uma relação de complementaridade entre as bases políticas e as bases culturais. A partir de uma mudança no nosso comportamento político é que poderemos falar em uma

revolução das instituições sociais e parlamentares, a qual preparará o terreno para a realização de uma democracia plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVELINO FILHO, G. As raízes de Raízes do Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 18, set., 1987.

_____ Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 12, fev., 1990.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

COUTO, R.R. El hombre cordial, producto americano. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, 1987.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____ *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____ *Ordem e Progresso*. São Paulo: Record, 1990.

GRAHAM, R. Uma entrevista. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, 1976.

HOLANDA, S.B. A criação do Instituto de Estudos Brasileiros. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, 1976.

_____ A democracia é difícil. *Revista Veja*. São Paulo, 28 jan., 1976.

_____ *Do Império à República*. Tomo II, v. 5. Rio de Janeiro: Difel, 1977. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

_____ *Livros dos prefácios*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____ *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____ *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IGLESIAS, F. Sérgio Buarque de Holanda – historiador. *Sérgio Buarque de Holanda 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MACHADO, B.P. Raízes do Brasil – uma releitura. In: *Revista Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 2, dez., 1976.

MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

PIVA, L.G. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

REZENDE, M.J. A democracia em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, n. 3, 1. Sem, 1996.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. *A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. 2001. 136f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.

SARTORI, G. *A teoria da democracia revisada – as questões clássicas*. São Paulo: Ática, 1994.

VIANNA, L.W. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Itatiaia/EDUFF/EDUSP, 1987.